



Edital de Leilão – Bem móvel

Processo nº 0800269-02.2019.8.12.0011

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente(s): Jacira Fernandes Reis Campos

Executado (s): L.A.M. Folini - ME

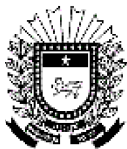
Dr. Bruno Palhano Gonçalves, Juiz de Direito do Juizado Especial Adjunto Cível da Comarca de Coxim/MS, com Endereço: Avenida General Mendes de Moraes, nº 70, Jardim Aeroporto - CEP 79400-000, Fone: (67) 3908-6082, Coxim-MS, E-mail: cox-jespecialciv@tjms.jus.br, na forma da Lei etc. Faz saber aos que virem o presente edital ou dele tomarem conhecimento e a quem possa interessar, que o Sr. Tarcilio Leite, Leiloeiro Oficial, regularmente inscrito (a) na JUCEMS sob o nº 03, e devidamente credenciado na Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, levará a LEILÃO na modalidade **ELETRÔNICA**, no dia, local e horários abaixo mencionados, o(s) bem(ns) penhorado(s) e avaliado(s) no processo e nas condições a seguir descritos: **1º LEILÃO – encerramento dia 21/11/2023, a partir de 14:00 (horário de Brasília). 2º LEILÃO – encerramento dia 30/11/2023, a partir de 14:00 (horário de Brasília).** **1) ENDEREÇO ELETRÔNICO, DATA E HORÁRIO:** o leilão será realizado na forma eletrônica, no endereço eletrônico: www.casadeleiloes.com.br, devendo os lances serem feitos pela internet no primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital, **com término do 1º LEILÃO a partir de 14:00 horas (horário de Brasília) do dia 21/11/2023**, onde entregar-se-á o bem a quem der o maior lance, em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor do bem no 1º leilão, seguir-se-á ao **2º LEILÃO**, sem interrupção, e **com término a partir de 14:00 horas (horário de Brasília) do dia 30/11/2023**, ocasião em que o bem será arrematado em favor daquele que maior ofertar, e que não serão aceitos lances inferiores ao preço considerado vil, neste ato **em 50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação (art. 891, parágrafo único, do CPC). **1.1) -** Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Provimento-CSM/TJMS nº 375/2016). **2) DESCRIÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) BEM(NS): BENS MÓVEIS – 5 (CINCO) Coleções Pet Shop, novas, na caixa, sendo cada coleção composta de: Guia de Raças – Cães Volume 1 – 174 Páginas, Capa Brochura – Largura 1,1, Comprimento 20,5 Altura 27,5; Guia de Raças – Gatos Volume 2 – 151 Páginas, Capa Brochura – largura 0,9, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Guia de Raças – Peixes, Aves e Pets Exóticos Volume 3 - 135 Páginas, Capa Brochura – Largura 1, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Como Abrir um Pet Shop – Volume 4 – 102 Páginas Capa Brochura – Largura 0,8, Comprimento 20,5, Altura 27; Como Administrar Um Pet Shop – 111 páginas, Capa Brochura – Largura 0,7, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Marketing Para Pet Shop – Volume 6 – 100 Páginas, Capa Brochura – Largura 0,7, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Banho e Tosa 1 – Volume 7 - 127 Páginas, Capa Brochura – largura 0,8, Comprimento 20,5,, Altura 27,5; Banho e Tosa 2 – Volume 8 – 72 Páginas, Capa Brochura – Largura 0,5, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Primeiros Socorros para Cães e Gatos – Volume 9 – 101 Páginas, Capa Brochura – Largura 0,7, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Guia de Saúde de A a Z: Cães – Volume 10 – 144 Páginas Capa Brochura – Largura 0,9, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Guia de Saúde de A a Z: Gatos – Volume 11 – 136 Páginas, Capa Brochura – Largura 0,9, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Nutrição Animal: Cães e Gatos – Volume 12 – 143 Páginas, Capa Brochura – Largura 0,9, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Produtos e Serviços Para Cães e Gatos – Volume 13 – 95 Páginas, Capa Brochura – Largura 0,7, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Princípios de Adestramento – Volume 14 – 103 Páginas, Capa Brochura – Largura 0,7, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Hotel para Pets – Volume 15 - 151 Páginas Capa Brochura – Largura 1, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Direito dos Animais e Ongs – Volume 16 – 126 Páginas Capa Brochura – Largura 0,8, Comprimento 20,5, Altura 27,5; Dvd Guia de Raças Cães – Volume 1; Dvd Guia de Raças Gatos – Volume 2; Dvd Guia de Raças Peixes, Aves e Pets Exóticos – Volume 3; Dvd Como abrir e Administrar um Pet Shop – Volume 4; Dvd Procedimentos e Técnicas Especiais – Volume 5; Dvd Marketing para Pet Shop – Volume 6; Dvd Banho e Tosa 1 - Volume 7; Dvd Banho e Tosa 2 – Volume 8; Dvd primeiros socorros para cães e gatos – Volume 9; Dvd Guia de Saúde de A a Z: Cães – Volume 10; Dvd Guia de Saúde de A a Z – Gatos: - Volume 11; Dvd Nutrição Animal: Cães e Gatos – Volume 12; Dvd Produtos e Serviços para Cães e Gatos – Volume 13; Dvd Princípios de Adestramento – Volume 14; Dvd Hotel para Pets – Volume 15; Dvd Direitos dos Animais e Ongs – Volume 16. Os bens penhorados são novos, na caixa, e fazem parte do giro da executada, ou seja, não estão penhorados em nenhuma outra ação. **2.1) LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS):** Os bens encontram-se na Avenida 9 de julho, nº 1904, Sala 1, Jardim Stábile, Birigui – SP, consoante Auto de Penhora, Avaliação e Depósito sob fls.130 de 16 de junho de 2021. **2.2 – O(s) bem(ns) será(ão) leiloado(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para o leilão judicial eletrônico, e sua entrega dar-se-á, em razão da carta de Arrematação expedida por este juízo, por intermédio do Oficial de Justiça. 2.3-O bem será entregue ao adquirente/arrematante no estado em que se encontra, competindo ao interessado os encargos necessários à efetivação do registro, caso necessário, bem como a verificação do estado físico do bem e os custos da retirada do bem do local onde se encontra.** **3) DEPOSITÁRIO:** Os bens estão depositados com a Sra. Danila Lima Nascimento Vital, funcionária da executada, consoante fls.130-131 de 16 de junho de 2021. **4) VALOR DA AVALIAÇÃO:** R\$ 8.450,00 (oito mil quatrocentos e cinquenta reais), em fls.130-131 de 16 de junho de 2021. **5) DÉBITOS:** Não constam nos autos informações acerca de débitos sobre os bens. **5.1 - Os****



créditos que recaem sobre o(s) bem(ns), inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, não respondendo por estes o Arrematante, observada a ordem de preferência (art. 908, §2º do CPC/2015), salvo determinação judicial em contrário. **6) ÔNUS:** Não constam nos autos informações acerca de ônus sobre os bens. **7) AÇÕES CÍVEIS EM NOME DO(S) EXECUTADO(S): MUNDIAL EDITORA-ME - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - 0009335-16.2012.8.12.0001 (SUSPENSO); 0035758-66.2019.8.12.0001; 0053197-37.2012.8.12.0001 (SUSPENSO); 0800143-24.2016.8.12.0021; 0800155-23.2020.8.12.0013; 0800928-49.2017.8.12.0021; 0801017-93.2021.8.12.0001; 0801343-92.2017.8.12.0001 (SUSPENSO); 0801767-32.2020.8.12.0001 (JULGADO); 0802528-13.2014.8.12.0021; 0802955-78.2016.8.12.0008; 0803152-62.2014.8.12.0021 (SUSPENSO); 0803527-34.2016.8.12.0008; 0804015-81.2015.8.12.0021; 0804778-11.2016.8.12.0001; 0804927-10.2017.8.12.0021; 0806033-75.2015.8.12.0021; 0809590-23.2021.8.12.0001; 0811595-62.2014.8.12.0001 (SUSPENSO); 0814412-94.2017.8.12.0001 (SUSPENSO); 0815545-11.2016.8.12.0001 (SUSPENSO); 0817642-47.2017.8.12.0001 (JULGADO); 0822581-36.2018.8.12.0001 (1409248-68.2018.8.12.0000); 0822787-16.2019.8.12.0001; 0823908-79.2019.8.12.0001 (SUSPENSO); 0824222-59.2018.8.12.0001; 0830243-22.2016.8.12.0001 (SUSPENSO); 0831200-52.2018.8.12.0001; 0900446-72.2017.8.12.0001 (SUSPENSO); 0900885-88.2014.8.12.0001 (SUSPENSO); 0924618-49.2015.8.12.0001 (SUSPENSO); 8000162-15.2016.8.12.0800 (JULGADO); **COMARCA DE DOURADOS/MS - 0805849-98.2023.8.12.0002; 0808407-53.2017.8.12.0002 (SUSPENSO); COMARCA DE CORUMBÁ/MS - 0001425-09.2015.8.12.0008 (SUSPENSO); 0800176-43.2022.8.12.0008 (JULGADO); 0800192-94.2022.8.12.0008 (EM GRAU DE RECURSO); 0803313-38.2019.8.12.0008 (SUSPENSO); COMARCA DE FÁTIMA DO SUL/MS - 0801560-50.2013.8.12.0010 (SUSPENSO); COMARCA DE COXIM/MS - 0001180-86.2015.8.12.0011; 0800269-02.2019.8.12.0011; 0800646-65.2022.8.12.0011; 0802056-95.2021.8.12.0011; COMARCA DE JARDIM/MS - 0801866-92.2022.8.12.0013; COMARCA DE PARANAÍBA/MS - 0800275-95.2013.8.12.0018 (SUSPENSO); 0803485-52.2016.8.12.0018 (SUSPENSO); COMARCA DE PONTA PORÁ/MS - 0803760-61.2017.8.12.0019 (SUSPENSO); 0000439-53.2014.8.12.0020 (SUSPENSO); COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS - 0806760-24.2021.8.12.0021; COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO/MS - 0801189-63.2021.8.12.0024 (JULGADO); COMARCA DE NAVIRAÍ/MS - 0802690-76.2017.8.12.0029; COMARCA DE CAARAPÓ/MS - 0801613-84.2021.8.12.0031 (JULGADO); 0801809-93.2017.8.12.0031 (SUSPENSO); 0802265-14.2015.8.12.0031; COMARCA DE ITAPORÁ/MS - 0800476-59.2015.8.12.0037; COMARCA DE PEDRO GOMES/MS - 0800356-63.2022.8.12.0039 (JULGADO); COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO/MS - 0800283-90.2019.8.12.0041; COMARCA DE SETE QUEDAS/MS - 0800857-36.2021.8.12.0044 (JULGADO); COMARCA DE SIDROLÂNDIA/MS - 0000462-06.2023.8.12.0045; COMARCA DE ITAQUIRAÍ/MS - 0800261-75.2014.8.12.0051; COMARCA DE ANASTÁCIO/MS - 0800687-06.2022.8.12.0052; COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS - 0800025-78.2018.8.12.0053; COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS - 0000416-87.2023.8.12.0054; COMARCA DE SONORA/MS - 0800109-34.2022.8.12.0055; CORONEL SAPUCAIA/MS - 0800854-12.2018.8.12.0004; 0803029-47.2016.8.12.0004; 0803285-87.2016.8.12.0004. 8) VALOR DA DÍVIDA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), em fls.105-106 de 16 de julho de 2020. **09) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Homologado o lance, o sistema emitirá guia de depósito judicial identificado vinculado ao juízo do processo n° **0800269-02.2019.8.12.0011.09.1** - O valor do bem arrematado, deverá ser depositado através de guia de depósito judicial da CEF - Caixa Econômica Federal - enviada por Tarcílio Leite (obtida diretamente no site www.casadeleiloes.com.br), no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do gestor através do pagamento de boleto na rede bancária, ou por transferência eletrônica, por meio de DOC ou TED, no mesmo prazo acima referido, na conta corrente do Gestor de Leilão Eletrônico Tarcílio Leite (Claudia Aude Leite-ME- CNPJ:24.600.496/0001-00 - Banco BRADESCO - agência 1387-0; conta corrente nº 20.170-7- Casa de Leilões). **10) PAGAMENTO DE DESPESAS E DA COMISSÃO DO LEILOEIRO:** A comissão devida ao leiloeiro público oficial pelo arrematante será no percentual de **5% sobre o valor da arrematação**, além do ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei. **10.1** - Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do CPC/2015, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública. Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do CPC/2015, o leiloeiro público oficial e o corretor devolverão a o arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos. **10.2** - Na hipótese de qualquer tipo de acordo homologado ou remição, após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão. **10.3** - Se o valor da arrematação for superior a o crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação. **10.4** - O executado ressarcirá as despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação (art. 10 do Provimento CSM/TJMS n° 375/2016). **10.5** - Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (art. 35 do Provimento CSM/TJMS n° 375/2016). **11) DISPOSIÇÕES FINAIS:** Podem oferecer lance quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção das pessoas elencadas nos incisos do artigo 890 do CPC/2015 (art. 13 do Provimento CSM/TJMS n° 375/2016). **11.1** - O usuário interessado em participar do leilão judicial eletrônico deverá se cadastrar previamente no sítio eletrônico em que se desenvolverá o****



leilão, devendo o leiloeiro público oficial confirmar ao interessado o seu cadastramento via e-mail ou por tela de confirmação. **11.2** – O cadastramento será gratuito e estará sujeito à conferência de identidade em bancos de dados oficial, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente, pelas informações lançadas e implicará a aceitação da integralidade das disposições contidas na Resolução nº 236/2016 e no Provimento CSM/TJMS nº 375/2016, assim como nas demais condições estipuladas neste edital. **11.3** – O leiloeiro público oficial estará disponível para prestar aos interessados os esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do leilão até o dia anterior ao leilão, bem como para dirimir eventuais dúvidas referentes às transações efetuadas durante e depois do leilão judicial eletrônico (arts. 14 e 15 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **11.4** – Durante o leilão, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor, os quais serão imediatamente divulgados *online*, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Ainda, os lances e dizeres inseridos na sessão *online* correrão exclusivamente por conta e risco do usuário (arts. 27 e 39 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **11.5** – O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (arts. 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro, nos termos do art. 23 da LEF (art. 32 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **11.6** – o exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a nova praça à custa do exequente (892, § 1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente fica este obrigado ao pagamento da comissão do gestor; **11.7** – O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “ad corpus” – art. 500 §3º do Código Civil, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente; **11.8** – O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is), no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is); **11.9** – Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do(s) bens arrematado(s) e à comissão da Empresa Gestora Judicial, deduzidas as despesas incorridas; (art. 10, §2º do Provimento n. 375/2016 do TJMS); **11.10** – Eventuais ocorrências ou problemas que possam afetar ou interferir nas regras deste edital serão dirimidos pelo juiz da execução (art. 43 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016); **11.11** – A arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do CPC/2015. A assinatura do arrematante será dispensada em leilão eletrônico quando o arrematante outorgar poderes ao leiloeiro público oficial (Ofício Circular nº 126.664.075.0034/2017). **12) OBSERVAÇÕES:** **12.1-** em até 5 horas após o encerramento do Leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento); **12.2-** o arrematante deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento para que seja remetido ao juízo; **12.3** - decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis; **12.4** - a Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados: **I** - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos; **II** - findo o leilão: **a)** se não houver licitante, pelo preço da avaliação; **b)** havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias. Parágrafo Único - Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias (Art. 24, LEF). **Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário oficial de Brasília/DF. ADJUDICAÇÃO:** A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro leilão (art.21, inciso V do Provimento CSM/TJMS n. 375/2016) se o exequente adjudicar o bem penhorado ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, devida ao Leiloeiro Tarcilio Leite. **REMIÇÃO DA EXECUÇÃO:** Se o executado, após a abertura da coleta de lances para o primeiro leilão (art.21, inciso V do Provimento CSM/TJMS n. 375/2016), pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826, do Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o leilão, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o executado pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão em percentual de 3% (três por cento) devido ao Leiloeiro Tarcilio Leite sobre o valor da avaliação (art. 10, §3º do Provimento CSM/TJMS no 375/2016). **ACORDO:** A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro leilão (art. 21, inciso V do Provimento CSM/TJMS n. 375/2016), caso seja celebrado acordo entre as partes com suspensão do leilão, fica o executado obrigado a pagar a comissão em percentual de 3% (três por cento) devida ao Leiloeiro Tarcilio Leite, sobre o valor da avaliação (art. 10, §3º do Provimento CSM/TJMS no 375/2016). Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) e seu(s) cônjuge(s), se casado(s) for(em), bem como o credor hipotecário, e ainda, os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor, se



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Juizado Especial Adjunto Cível

fls. 158

por ventura não tiver(em) procurador(es) constituído(s) nos autos ou não for(em) encontrado(s) para a intimação pessoal; o Ministério Público, União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas do leilão constantes neste Edital, bem como para todos os efeitos do art. 889 do CPC/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto nos arts. 826 e 902 do CPC/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no §1º do art. 903 do CPC/2015 será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, §2º, do CPC/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Eu, Eunice Caetano da Silva Campos, Analista Judiciário, o digitei. Eu, Eunice Caetano da Silva Campos, Chefe de Cartório o conferi e subscrevo.

Bruno Palhano Gonçalves
Juiz de Direito
(assinado com certificação digital)